



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

**REUNIÃO SETORIAL – ZONA URBANA:
FECOMÉRCIO, ACIPA E CDL
2016**

1. DA METODOLOGIA DA REUNIÃO SETORIAL

O procedimento desta Reunião Setorial realizada junto aos representantes da Federação do Comércio do Tocantins – FECOMÉRCIO; da Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA e da Câmara de Dirigentes Lojistas/Palmas-TO - CDL consistiu em três momentos distintos em reunião plenária.

No primeiro momento, foram expostos os objetivos da reunião que versou na coleta de informações para compor um relatório comunitário, que, juntamente com um posterior relatório técnico, baseará o futuro diagnóstico do Município, o qual comporá as propostas para a elaboração da minuta de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas. Foi explicitado que o momento seria destinado exclusivamente a ouvir à comunidade, seus anseios e necessidades. Explanou-se que as discussões estariam ocorrendo em três Eixos Temáticos: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e, finalmente, Eixo FISCAL E GOVERNANÇA.

O segundo momento ocorreu quando a palavra foi finalmente repassada aos participantes presentes, em que consistiu em relatos, ponderações e diálogos que levaram a apontamentos diretos em uma tabela que enfocou os CONFLITOS, as POTENCIALIDADES e as SOLUÇÕES, em tempo real e projetado em tela para que os interlocutores conferissem suas falas.

Na terceira e última etapa, a equipe técnica procedeu a leitura da tabela finalizada, corrigiu-se, quando necessário, e validou-se por aclamação em Plenária.

Todas as explanações foram relatadas em ata. Em casos específicos, procedeu-se ao uso de mapas e/ou aplicativos *Google Earth* para auxiliar na localização da região ou de pontos determinados pelo interlocutor.

2. DOCUMENTOS DA PLENÁRIA

2.1 ATA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS

ATA DA REUNIÃO SETORIAL

ZONA URBANA – FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO TOCANTINS – FECOMÉRCIO; ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PALMAS - ACIPA e CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS/PALMAS-TO - CDL¹

Aos sete dias do mês de outubro de 2016, reuniram-se no auditório da ACIPA os representantes da prefeitura, da Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA, da Federação do Comércio do Tocantins - FECOMÉRCIO e da Câmara de Dirigentes Lojistas/Palmas-TO - CDL para discutirem a Revisão do Plano Diretor de Palmas-TO. A divulgação da reunião ficou a critério das entidades que a solicitaram. Às 19h29min, a cerimonialista, Sra. Valéria, abriu a Reunião, explicou que o Plano Diretor é uma lei feita pela prefeitura com a ajuda da população; citou as etapas de revisão que são cinco, planejamento do trabalho, leitura da cidade (leituras técnicas e comunitárias), elaboração do diagnóstico municipal, diretrizes e propostas e projeto de lei. Falou ainda que as reuniões aconteceram em 7 endereços urbanos, 6 rurais e 6 segmentos organizados da sociedade. Convidou a frente o Sr. José Messias - Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, também Coordenador-Geral da Comissão de Revisão do Plano Diretor -, o Sr. Ephim Shluger, Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas-TO, os representantes da ACIPA, o Sr. Karielo Coimbra - Presidente e o Sr. Alan Coimbra - Diretor. Agradeceu a presença do Sr. Alan Bitar, Diretor de Educação Cooperativa e o Sr. Carlos H. D. L. Silva, representante dos distribuidores de veículos automotivos. Passou a palavra para o Senhor José Messias que falou sobre o convite do Sr. Karielo para o acontecimento da reunião que também faz parte da Comissão; cumprimentou os presentes citando as entidades presentes e o Sr. Ephim. Ressaltou que esperava um público maior pela importância da revisão e do Plano Diretor; falou que haverá outras oportunidades, convidando a todos para participar das próximas reuniões, e que essa é a primeira reunião depois da pausa pelo período eleitoral. Agradeceu e falou que é uma boa oportunidade para ouvir a todos, a palavra foi passada para o Sr. Ephim que citou que o anfitrião da noite sempre apoia os projetos da prefeitura e está sempre presente, que o momento é de calma devido à reeleição a Prefeito na cidade para a continuidade dos projetos atuais, comparou a situação de Palmas a outros municípios, que é confortável, e lembrou a importância da ACIPA no desenvolvimento econômico de Palmas e a função do Plano Diretor nesse desenvolvimento; enfatizou a

¹ Em sede de direito substantivo, o Código Civil preceitua que "o simples erro de cálculo [lapsus calami] ou de escrita [lapsus linguae], revelado no próprio contexto da declaração ou através das circunstâncias em que a declaração é feita", concede o direito à retificação desta. Portanto, cumpre esclarecer que a equipe técnica efetuou a correção gramatical desta Ata, estritamente a conformidade da ortografia, da acentuação e da pontuação de acordo com os padrões da língua escrita, haja vista que essas alterações textuais não prejudicam o conteúdo do texto.

ideia de transformar Palmas em uma cidade sustentável, com melhor qualidade dos equipamentos públicos. Ele entregou a palavra ao presidente da ACIPA que iniciou falando que o quórum está bom pelo o fato do feriado de quinta e ser uma sexta à noite, lembrando que as pessoas presentes são pessoas interessadas. Lembrou da reeleição do Prefeito e da continuidade da sua gestão. Citou que a ACIPA cresce apesar da crise e que eles são atuantes e sempre dão sua opinião em momentos oportunos, as autoridades se acomodaram na plateia. Foi chamado o geógrafo, Marcus Vinicius Bazoni. Ele começou agradecendo por ter oportunidade de falar nesse momento importante para o município. Esclareceu o que é o Plano Diretor, é um documento que estabelece normas e diretrizes para o desenvolvimento da cidade; leu dois conceitos de Plano Diretor. Mostrou um slide que mostra que o Plano Diretor vai ser o indutor da política de desenvolvimento municipal. Prosseguiu mostrando a orientação legal de um Plano Diretor segundo a Constituição Federal (Art. 182 e 183), o Estatuto das Cidades, a Resolução CONCIDADES (lei 10.257/2001), a Lei Complementar nº 155/2007, o Decreto Municipal nº 1243 de 30 de abril de 2006 (Comissão) e a Recomendação do MPE 01/2015, explicando todas as leis e decretos. Mencionou o prazo de 10 anos de vigência do Plano Diretor que tem que ser revisto depois desse período, conforme o Estatuto da Cidade, situando que o atual Plano Diretor de Palmas completa dez anos em 2017. Explicou as etapas do Plano Diretor, que começa com a Comissão de Revisão do Plano Diretor, Conselho Municipal, comunidade e sociedade organizada (como as entidades presentes no dia) e equipe técnica. As etapas começaram com o planejamento dos trabalhos (aprovado em audiência pública), a leitura da cidade que é a fase atual, buscando o ponto de vista da sociedade e órgãos setoriais, falando do processo participativo onde a equipe técnica faz o diagnóstico com base na leitura comunitária, resultando em um diagnóstico municipal que leva a diretrizes e propostas (que será levada a sua aprovação em audiência pública), chegando, por fim, ao projeto de lei que será levado a Câmara dos Vereadores. As discussões, tanto técnica, como comunitária, são focadas em três grandes eixos que é: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Territorial e Fiscal e Governança. Explicou cada um desses grandes eixos. Mostrou o calendário de reuniões em caráter de convite para as próximas reuniões. Ele, por intervenção de um participante, já aproveitou para explicar a dinâmica que será realizada no dia, apresentação de mapas e que em seguida serão todos ouvidos sobre os conflitos, potencialidades e soluções para a cidade. O participante Luciano sugeriu que fossem convidados os Vereadores eleitos, para que quando eles assumam, estejam cientes das discussões que já vem acontecendo na cidade. O Sr. Marcou passou a palavra para a Sr. Valéria que pediu que ele permanecesse e chamou a Sra. Rariany para ajudá-lo na explicação dos mapas. O Sr. Marcos mostrou um mapa do Plano Diretor de Palmas com algumas pontuações, como a nova pista do novo aeroporto proposto pela INFRAERO e o cone de raio de influência sobre a cidade, que irá interferir no desenvolvimento da área por restrições impostas pela INFRAERO, como por exemplo construções de frigoríficos e prédios com gabaritos elevados. Mostrou a área de serviço próximo a TO-050 e uma área em Taquaralto. Ressaltou que o foco maior hoje em Palmas para desenvolvimento econômico seriam essas áreas, mostrando ainda o eixo prioritário da Teotônio Segurado e área da Av. Juscelino Kubicheck. Concluiu o mapa falando nas áreas de ZEIS. Mostrou um mapa de densidade e vazios urbanos. Pediu que todos deem

sua opinião como se pode interferir para que esses vazios sejam preenchidos. Passou a palavra para a Sra. Rariany Monteiro que começou falando que trouxe alguns dados econômicos da cidade; seguiu falando sobre a taxa de crescimento populacional maior que a média nacional, que trouxe problemas de infraestrutura. Citou também o problema dos vazios urbanos. Mostrou que o índice de crescimento econômico de Palmas também é acima da média nacional, o PIB é composto por agricultura, comércio, indústria e serviços, sendo que a atividade econômica mais forte é o comércio, correspondendo a 70% do PIB municipal. Ela concluiu que as falas dos dois foi só para balizar os presentes, para começar a dinâmica da discussão, falando que a intenção é que a Prefeitura fale pouco e escute os presentes. Convidou a Sra. Marli e o Sr. José Augusto para preenchimento das planilhas que serão analisadas posteriormente. O Sr. Luciano começou discutindo a Orla 14 (primeira faixa) e sua falta de desenvolvimento por causa do uso do solo que é destinada a área de lazer, cultura e turismo, falando que se deve mudar o uso do solo, aceitando vários tipos de uso para estimular a sua ocupação. Falou sobre o excesso de áreas destinadas a hotel, que já tem uma economia saturada em Palmas. O Sr. Wilson que se identificou como representante dos proprietários das áreas de influência das rodovias foi o próximo a se manifestar, começou lembrando a não expansão do perímetro urbano que foi vetada na Revisão passada, referente à Lei do Plano Diretor; ressaltou que pela lei as áreas de influência das rodovias são uma área de uso comercial, mas que não está no perímetro urbano, trazendo prejuízos à cidade. Falou que esse problema tem levado a áreas de ocupação do outro lado, do lado que não pertence ao município de Palmas. Trouxe como potencialidade o número de empresas que querem se instalar nessa área e que conseguiu se instalar nesse local à revelia da Prefeitura. Citou que a culpa é de quem rege a lei que não modifica essa área para o perímetro urbano. Finalizou como solução que as pessoas querem desenvolver Palmas e disse que a cidade tem que acelerar dentro da lei o seu desenvolvimento, já que esse problema ficou sem solução por 10 anos. Pediu que se houvesse um mutirão de técnicos da Prefeitura para a rápida conclusão dessa nova fase do Plano Diretor. Pediu que se registrasse em ata que o problema da expansão do perímetro urbano na TO-050 deve ser solucionado, lembrando que as pessoas que estão naquela área, em sua grande maioria, não são especuladores. A solução seria a definição do perímetro. O Sr. Luciano falou que a TO-020 já está sendo loteada sem autorização. O presidente da ACIPA perguntou sobre a especulação e os vazios da cidade, querendo entender como funcionará a cidade em relação ao trânsito depois da ocupação desses vazios, lembrando do comércio nos lotes lindeiros, através do aproveitamento comercial, questionando a falta de estacionamento. Houve uma citação dos presentes sobre o uso indevido da terceira faixa das avenidas para estacionamento. O Sr. Melk, Arquiteto e Empresário, falou sobre a antiga discussão de terem voltado os lotes das avenidas para lindeiro, que anteriormente eram para dentro das quadras e já foi modificado por conflitos com os proprietários dos lotes residenciais. A representante da Prefeitura ressaltou que o problema da mudança de uso não é apenas nos lotes lindeiros, é também dentro das quadras, citando um conflito de trânsito por mudar um lote residencial para escola. O arquiteto Melk colocou como solução a definição de parâmetros para a mudança de uso como a margem de 10m da avenida para abertura dos lotes, podendo estabelecer nessa margem estacionamentos. Outro representante da ACIPA, o Sr. Eduardo Pereira, falou que

seria uma boa solução para os existentes, mas a proibição para novos, seria necessária. O presidente da ACIPA questionou o porquê de aceitar desmembrar lotes de 600m² ou 400m² em lotes de 200m² com tantos vazios urbanos, lembrando que isso traz um desconforto para o usuário devido ao clima quente. O Sr. Ephim ressaltou que a dinâmica da cidade vai tomando sua própria lógica, lembrando que não dá para congelar as ideias, e disse que é hora de discutir “puxadinhos” e quiosques indevidos, ocupações nas calçadas e uso de áreas verdes por quiosques de churrasquinhos que não pagam impostos e prejudicam o comércio legal. O presidente da ACIPA falou na dificuldade de se conseguir regularizar um comércio de alimentação pelo Corpo de Bombeiro e Vigilância Sanitária, quando o comércio nesses locais funciona sem nenhuma estrutura; falou da concorrência desleal. Lembrou também dos vendedores de móveis ambulantes que se instalam nas rotatórias e não há nenhuma fiscalização, tampouco punição. O Sr. Carlos Humberto da Autovia falou que nenhum operador logístico consegue se instalar em Palmas porque os sítios industriais foram feitos para micro e pequenas empresas devido ao tamanho dos seus lotes. Lembrou que pela boa localização, centralizada da cidade Palmas, tinha que ter sítios industriais para grandes empresas, que essa é uma potencialidade da cidade. E falou que as empresas vão se instalar em Porto e Luzimangues que tem grandes áreas. Ainda, citou os seis distritos industriais de Anápolis-GO que tem até 20 mil metros quadrados, enquanto Palmas só tem áreas para pequenas e microempresas. O ex presidente da ACIPA falou do bom relacionamento da ACIPA com a Prefeitura e sua briga em vão contra o comércio ilegal. O Sr. Luciano lembrou que não adianta pensar mais em Palmas sem se preocupar com Luzimangues e o potencial daquela área, citando a necessidade de uma nova ponte; lembrou que umas das potencialidades é a proximidade da ferrovia Norte-Sul e da Belém-Brasília. Insistiu na importância da presença do Prefeito de Porto Nacional nas Reuniões de Revisão do Plano Diretor de Palmas. A representante da Prefeitura, Sra. Marli, falou que Luzimangues onera por mês 20 milhões a cidade de Palmas. O Sr. Tiago, empresário, colocou como área de conflito - a região da praia do caju; falou que comprou uma área nesse local; disse que vem trabalhando junto à Prefeitura para definir diretrizes para aquela área; falou que o IPTU é cobrado como urbano, mas quando se tira o uso do solo não se pode fazer nada. Pediu que se revisse o IPTU, enquanto não se definisse essas diretrizes. O Sr. Luciano ressaltou que lá cobra-se IPTU alto, mas lá não tem nem uso do solo e nem diretrizes. O Sr. Tiago colocou como potencialidade a ideia da Prefeitura de construir uma grande orla no local; eles têm o entendimento de colaborar e tornar essa orla pública; eles falam que são quatro anos de investimento sem retorno, por não poderem implantar nada no local. O Sr. Luciano ainda colocou que é há uma área grande dentro do Plano Diretor, que não se pode lotear por estar a 100m próximo do lago. O Sr. Cristiano lembrou que orla é área pública e que tem que ver se a Prefeitura vai ter condições de cuidar de toda essa área, lembrando da falta de cuidado do píer dois e a sua falta de segurança; ainda citou que existem prédios de luxo que não se pode ficar na porta porque a Prefeitura não cuida; deu como solução que as empresas privadas interfiram nessas áreas, citando o Mirante do Lago que foi aprovado próximo ao Ribeirão Taquarussu, e pediu que pelo menos nessa área se entregue a gestão para as empresas privadas, permitindo assim o aproveitamento privado da foz do Taquarussu. Ainda deu a sugestão de uma área de ocupação mista. Ele explicou que a orla poderia ser privada de uso misto na área do ribeirão Taquarussu. O Sr.

Wilson falou que a reunião do dia tem um foco empresarial e falou da falta de incentivo fiscal da prefeitura para novas empresas; citou que o poder público não pode ser o único empregador e sim ele tem que dar condições para as empresas gerarem empregos. Ele citou o exemplo do Estado, que por agir e entrar em áreas que não são da sua alçada, como a geração de empregos. Esse incentivo seria através de isenção fiscal; deu como solução a Prefeitura custear o ISSQN. Ressaltou que não é questão de se aproveitar da Prefeitura, que é uma forma de se planejar longe, para que a cidade se desenvolva. Um outro representante da ACIPA falou sobre a continuação da rodovia, da LO que atravessa o Parque Cesamar, sendo como sugestão a retirada das diretrizes do plano, a continuação dessa rodovia. Falou também das grandes vias que atravessam quadras centrais (Área de Comércio Central) que não tem espaço para carros, que foram projetadas para via de pedestre, dando como solução retirar os canteiros centrais para alargamento dessas vias. O Sr. Luciano ressaltou sobre a preocupação de que algumas propostas não sigam adiante, por causa das audiências públicas citadas pelo Sr. Marcos; lembrou que esse é um dos principais motivos para a presença de todos nas audiências. O presidente da ACIPA falou da preocupação com IPTU progressivo e a venda dos lotes para outras empresas que continuará pagando o IPTU da mesma forma, ou seja, só irá gerar ônus para os proprietários sem resolver o problema, perguntado se não seria o caso de vincular o IPTU ao CNPJ e a quantidade de terras que uma determinada empresa retém. O Sr. Luciano falou que ele mesmo colocou áreas a venda de lotes multifamiliares por conta do IPTU progressivo. Falou que isso está trazendo desvalorização para os imóveis da cidade. Deu como solução criar mecanismos de controle do IPTU progressivo. Falou que devido a essas taxas passará dois anos sem corrigir a carteira. O presidente da ACIPA deu como solução contabilizar a área da pessoa para cobrança do IPTU progressivo. O ex presidente da ACIPA falou sobre a longevidade da cidade e as rotatórias que acabaram tendo que ser extintas, dando soluções de rasgar elas ao meio no sentido norte-sul. O representante Cristiano continuou as explicações sobre o tamanho da área que abrange o Plano Diretor, e que Palmas não têm condições de abranger uma cidade tão grande e extensa em território, impossibilitando a permanência das pessoas dentro da cidade, e por isso as áreas como de Luzimangues crescem. Pontuou que não será a população de baixa renda que vai adensar a cidade, e tem pessoas comprando áreas clandestinas por serem os únicos lugares que conseguem pagar. Ressaltou que a cidade custa mais cara dentro do Plano Diretor. Falou da situação do entorno da cidade e da construção de favelas nessas áreas, citando São Paulo e lembrando que depois da ocupação não há como ser desfeita. O arquiteto Ephim explicou que, na formulação do programa de governo da atual gestão, colocou que a única forma de se adensar a cidade é a integração e a inclusão social, ressaltando que essas áreas ilegais trazem custos muito altos à cidade, principalmente de transporte. Lembrou que os lotes desocupados têm problemas ambientais e de vandalismo, como queimadas na época de seca. Ele concluiu que o Prefeito atual é visionário e que ele se preocupa com a cidade e tem o pensamento de como é uma boa cidade por ter vivido em Curitiba e algumas cidades Colombianas, como Bogotá. Falou que o Prefeito de Bogotá propôs calçadas caminháveis e ciclovias. Colocou que a gestão de Palmas fará isso. O Sr. Wilson falou sobre as calçadas de Palmas, que a Prefeitura tem que cobrar e fazer. O Sr. Messias fez o encerramento, agradecendo à presença de todos, e os convidou a

participarem das outras reuniões. Explicou que o papel da Comissão é que o Plano seja participativo. A reunião foi encerrada às 21h23min. Sem mais nada a ser dito, Eu, Ingrid Lopes, encerro essa ata.

Composição da Equipe Técnica:

Coordenador Técnico: MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI - Coordenador de Projetos Urbanísticos.

Relator da Plenária: INGRID LOPES - Arquiteta e Urbanista.

Facilitador: RARIANY MONTEIRO – Internacionalista.

Relator da Tabela: JOSÉ AUGUSTO JUNIOR – Gestor Público.

Assistente de Relatoria: MARLI RIBEIRO NOLETO - Arquiteta e Urbanista.

2.2 LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO SETORIAL





LISTA DE PRESIDENTES

LOCAL: ACIPA

DATA: 07 DE SETEMBRO DE 2016.



Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL TELEFONE)	ASSINATURA
01	David Augusto dos Santos	100 N AMO 1 1411	63 9824547522	
02	Valterio Junior S.R. Paulo	36.107, Rua 34, 1705	(63) 988433-4732	
03	ACAN B. BITAR	ACIPA - CIZER	63 9999 6363	
04	Thiago D. L. Rodrigues	103 N AL 16 ITRE CAS	63 99201-1385	
05	EPHIM SMLUSER		63 99224 8834	
06	Almeida Batista	SECOM	63 98903-3329	
07	Armano Rosa	Dobreira	63- 99785090	
08	Emilio de P. Jacinto	Advogado	63. 99944-7444	
09	Jose Messias de Souza	SE DUH	63-99978 4453	
10	Henrique Mourão	ACIPA	63 99206.2621	
11	André Luis C. Castro	IPUP	63 99616897	
12	WILSON GRISON	ASSOC. POOR AREA INFLUENCIA DEBOVIAS	98405-0942	
13	Castiano Berto	Nelzi Empreendimentos	984267040	
14	MELQUISEDEQUE CORRÊA	MELK EMPREENDIMENTOS	9 8481-4970	



LISTA DE PRESE. PA

LOCAL: ACIPA

DATA: 07 DE SETEMBRO DE 2016.

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
1	CARLOS AUGUSTO D. L. SILVA	306 SUL - AL. 01 - LT. 05	chelsa@hotmail.com (63) 98401-2230	
2	Ingrid Barros Lopes	SEDUH	(63) 98967-5329	
3	William Tobiaso S. Leal	Seduh	(63) 92279-3555	
4	William Munk Costa	SEDUH	(63) 98409-31-23	
5	VANILDO COELHO	ACIPA	(63) 99224-7104	
6	Ysabela Ferraz-Jibe	405 SEDUH	(63) 98438-3349	
7	Edno Thiago M. Diniz	Stc. Comun. Aço	(63) 99102-8663	
8	EDUARDO A. R. PEREIRA	SINDICATO	(63) 98912-2000	

2.3 FOTOS DA REUNIÃO SETORIAL²



² Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

2.4 TABELA – DEMANDAS DO SETOR

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente em plenária, conforme tabelas temáticas abaixo referidas:

EIXO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – REUNIÃO SETORIAL: FECOMÉRCIO, ACIPA E CDL		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Uso do solo Orla 14 (1ª faixa) ALC		Revisão do uso do solo Orla 14 (1ª faixa)
Delimitação da área das rodovias TO 050, TO 010 e TO 020	Existência de demanda comercial para uso das áreas Inclusão da TO 020 como área de serviço	Definição do perímetro e uso e ocupação do solo
Lotes lindeiros das avenidas (abertura de comércio e conflito com trânsito);	Lotes lindeiros das avenidas (abertura de comércio e conflito com trânsito);	Definição de parâmetros diferenciados quanto para mudança de uso de residencial para comercial
Lotes residenciais transformados em comerciais		
Área do Ribeirão Taquaruçu empreendimentos possam chegar até a margem do córrego	Aproveitamento pelo setor privado da orla da foz do Ribeirão Taquaruçu	Aproveitamento através de uso misto da foz do Ribeirão Taquaruçu
Inexistência de áreas para instalação de grandes empresas	Operadores logísticos	Distritos industriais com lotes maiores para grandes empresas
Distrito de Luzimangues		Interligação entre Palmas e Distrito de Luzimangues
		Proibir o desdobro de lotes quando existem muitos vazios urbanos
Inexistência de áreas para instalação de grandes empresas	Operadores logísticos	Distritos industriais com lotes maiores para grandes empresas
Limitação de microparcelamento de glebas com área menor que 30 hectares		Revisão da lei 468
Avenidas de pedestres das quadras comerciais do centro		Revitalização das áreas centrais
Calçadas em péssima qualidade		Calçadas caminháveis e acessíveis

Rotatórias nas NS		Criar acessos no meio das rotatórias no sentido norte e sul e permanecer para o sentido leste oeste
Distrito de Luzimangues		Interligação entre Palmas e Distrito de Luzimangues
Preço elevado dentro da área urbana devido ao histórico de uso e adensamento da cidade		Criar mecanismos de acesso a lotes no entorno por um preço razoável e acessível

EIXO FISCAL E GOVERNANÇA – REUNIÃO SETORIAL: FECOMÉRCIO, ACIPA E CDL

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Falta de benefícios fiscais para área de serviços para atração de empresas	Área com potencialidade para esses empreendimentos	Isenção fiscal como medida de atração de empreendimentos
Excessivo peso do atual IPTU progressivo sobre proprietários		Criar mecanismo de controle de aplicação do IPTU progressivo com critério mínimo e máximo por m ²

EIXO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS – REUNIÃO SETORIAL: FECOMÉRCIO, ACIPA E CDL

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Abertura de uma avenida até o Parque Cesamar	Área passível de preservação	Coibir a implantação da Via LO 9